



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

SANDRA DA SILVA ANDRADA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NA CIDADE DE SERRA TALHADA-PE**

SERRA TALHADA-PE
2023

SANDRA DA SILVA ANDRADA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE SERRA TALHADA-PE**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito obrigatório para conclusão do curso e obtenção do grau de Licenciada em Plena em Letras.

Serra Talhada 30 de março de 2023.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A554d DA SILVA ANDRADA, SANDRA
 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE
 SERRA TALHADA PE / SANDRA DA SILVA ANDRADA. - 2023.
 31 f. : il.

 Orientadora: NOADIA IRIS DA SILVA.
 Inclui referências e anexo(s).

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Letras,
 Serra Talhada, 2023.

 1. EDUCAÇÃO. 2. INCLUSÃO. 3. DEFICIÊNCIA. I. SILVA, NOADIA IRIS DA, orient. II. Título

CDD 410

SANDRA DA SILVA ANDRADA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE SERRA TALHADA-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras, produzido na Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE/UAST.

Orientador:

Prof.^a Noádia Iris da Silva

Examinadores:

Prof.^a Dr^a Maria de Fatima Silva Carvalho

Prof.^o Nefatalin Gonçalves Neto

Serra Talhada- PE, 30 de março 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus antes de qualquer coisa, sei que sem ele não conseguiria está fazendo esses agradecimentos os obstáculos para chegar aqui foram enormes muitas vezes grandes demais, creio que Deus me moldou e me transformou hoje me orgulho da mulher que me tornei.

À minha mãe, uma mulher incrível que se foi cedo demais aos 62 anos me deixou não pode fazer parte da minha conquista, com ela aprendi a não desistir, a não olhar para trás depois de pegar no arado, com você minha mãe aprendi que vale a pena ser sempre sua melhor versão a cada dia, aprendi que é preciso perdoar pessoas que te feriram tanto na alma, no corpo e na mente, aprendi com você minha mãe a ser uma mãe dedicada, zelosa, guerreira e esforçada, com a senhora aprendi que a empatia vale mais que qualquer título ou dinheiro.

A meu filho o culpado de estada aqui, Gabriel, meu maior incentivo para que eu não desistisse, quis te mostrar meu amor que tudo é possível, mesmo que todos digam que não Deus tem a última palavra em tudo.

A Geovane minha neta presente de Deus, você ainda não entendeu muito bem as coisas da vida ainda meu amor, mas vovô está concluindo essa etapa por você também talvez um dia você tenha a curiosidade e leia essa monografia então eu quero que você saiba, nunca desista dos seus sonhos seja sempre forte e corajosa, sempre humilde e bondosa, faça a sua parte deixe que os julgamentos sejam feitos por quem é de direito, seja sempre a sua melhor versão.

À Suely, minha irmã, que sempre vivenciou muitas das minhas lutas angústias e perdas. Você sempre me incentivou, não me deixando desistir mesmo diante de tantos obstáculos.

À Patrícia, uma irmã de coração, culpada também por eu estar aqui, nunca deixou que eu desistisse sempre disponível para me ajudar, uma mãe maravilhosa exemplar, quantas lágrimas, sorrisos...

À Maria Cleide, uma irmã de coração, também culpada por eu estar aqui, passou tantas coisas quantas vezes nos sentimos excluídas, canceladas, as três mosqueteiras, uma sempre ajudando a outra. Nunca me deixou desistir, quantas lágrimas, quantos sorrisos...

A meu pai, exemplo de honestidade, fidelidade, e garra, homem simples, analfabeto aprendeu a escrever seu nome completo e fazer contas e cálculos bem difíceis em uma semana na escola, depois precisou escolher trabalhar para comer ou estudar, me deixou muito cedo aos 70 anos depois de uma batalha dolorosa de oito longos meses. Quando o senhor me dizia que não entendia por que o ar que antes era suficiente para o senhor respirar agora não era mais, o meu coração doía tanto como te dizer que de 100% o seu coração estava tão cansado e agora trabalhava apenas com 20% da sua capacidade, te vi morrer duas vezes só eu você e Deus.

Às minhas duas sobrinhas Maisa e Rebeca que tanto me ajudaram na cadeira de libras gravando minhas atividades. Amo vocês.

Agradeço à minha orientadora Dra Noádia, que apesar dos títulos é um ser humano maravilhoso, simples, humilde, cheia de boa vontade e principalmente paciência e empatia, sei o quanto dei trabalho sei que ao aceitar o desafio proposto não mediu esforços na construção deste trabalho, dedicando seu tempo.

Aqueles que não citei, me perdoem as lágrimas me consomem.

A todos citados e não citados todo o meu amor, vocês foram e são meus pilares nesta jornada.

“Então as moças dançarão de alegria, como também os jovens e os velhos. Transformarei o lamento dele sem júbilo; eu lhes darei consolo e alegria em vez de tristeza.”

(Bíblia Sagrada, Jeremias 31:13)

“Tudo é possível àquele que crê”.

(Bíblia Sagrada, Marcos 9:23)

RESUMO

A presente investigação busca abordar os desafios na implantação da proposta de Inclusão educacional na rede municipal de ensino da cidade de Serra Talhada. O estudo investigou as repercussões da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015) que garante que as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas nas salas regulares de todos os níveis de ensino. Entretanto, sabemos que apenas a existência da lei é insuficiente para garantir educação inclusiva de boa qualidade para todos, necessitando da participação integrada de todos os atores sociais, a saber: a sociedade, a família e os profissionais da educação. No sentido de contribuir com essa tendência, entrevistamos um grupo de 27 profissionais da educação entre professores, estagiários, gestores e coordenadores para conhecer os principais desafios que eles têm enfrentado no trabalho com estudantes com necessidades especiais. O procedimento metodológico adotado neste estudo foi a pesquisa de campo e bibliográfica de caráter qualitativo. Entende-se que a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais necessita estar alicerçado em um projeto pedagógico educacional de políticas públicas, que tragam o acesso e uma inclusão que consiga atender as mais diversas necessidades e diferenças respeitando a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; políticas educacionais; formação de professores.

ABSTRACT

The present investigation seeks to address the challenges in the implementation of the educational inclusion proposal in the municipal education network of the city of Serra Talhada. The study investigated the repercussions of the Brazilian Inclusion Law (Law n. 13,146/2015) which guarantees that people with special needs are included in regular classrooms at all levels of education. However, we know that the existence of the law alone is insufficient to guarantee inclusive education of good quality for all, requiring the integrated participation of all social actors, namely: society, the family and education professionals. In order to contribute to this trend, we interviewed a group of 27 education professionals, including teachers, interns, managers and coordinators, to learn about the main challenges they have faced in working with students with special needs. The methodological procedure adopted in this study was field research and qualitative literature. It is understood that the inclusion of people with special educational needs to be based on an educational pedagogical project of public policies, which bring access and an inclusion that can meet the most diverse needs and differences respecting everyone.

KEYWORDS: Inclusive education; educational policies; teacher training

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Quadro1: Caracterização dos gestores, coordenadores, professores e estagiários entrevistados.....	18
Gráfico1: Tipos de deficiências/transtornos dos estudantes atendidos pelos professores entrevistados.....	22
Gráfico 2: Quantitativo de alunos com necessidades especiais atendidos.....	23
Gráfico 3: Recursos de Acessibilidades disponíveis nas escolas.....	23
Gráfico 4: Desenvolvimento de atividades específicas pelos professores.....	24
Gráfico 5: Tipos de Atividades desenvolvidas.....	25
Gráfico 6: Infraestrutura das escolas.....	25
Gráfico 7: Relação professores e monitores.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I.....	13
1.1 Fases do Atendimento dos alunos com deficiência nas escolas brasileiras	14
1.2 Os Desafios da Inclusão Escolar.....	14
1.3 O Centro de Atendimento Educacional Especializado em Serra Talhada.....	17
CAPÍTULO II.....	18
1.1 Aspectos Metodológicos da Pesquisa	18
1.2 Material	19
1.3 Os Desafios da educação na perspectiva inclusiva na cidade de Serra Talhada.....	22
4 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

Analisar os principais desafios da educação Municipal na cidade de Serra Talhada PE, com relação ao atendimento de alunos com deficiência, contribui para a integração social e qualidade de vida dos alunos, dentro de uma política que com relação à educação especial tem diversos decretos e leis foram criadas como vemos dentre as mais importantes a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) LBI, em vigor desde 2016, também conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, a qual se destina a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada.

A lei nº. 13.146/2015 LBI traz ainda uma série de inovações na área da educação, como: multa e reclusão a gestores que neguem ou dificultem o acesso de estudantes com deficiência a uma vaga, proibição de cobrança de valor adicional nas mensalidades e anuidades para esse público e a oferta de um profissional de apoio quando necessário. Diante do aumento de matrícula de alunos com deficiência no sistema de ensino regular, essa pesquisa busca mostrar que muitos professores estão não só surpresos, assustados, mas também paralisados diante do grande aumento de alunos com deficiência no ensino regular seja por não ter acesso à discussão desse tema em suas formações iniciais e continuadas ou pelas poucas condições de infraestrutura física e/ou administrativa das escolas.

Uma educação inclusiva baseia-se em conseguir abrigar todos os alunos em um mesmo ensino regular, conseguindo perceber suas diferenças como algo que pode contribuir, conseguindo ajudar no processo de ensino aprendizagem, sem deixar lacunas no que se refere à imparcialidade diante dos grandes desafios encontrados e das oportunidades oferecidas sem nenhuma desigualdade. O nosso país assumiu um compromisso de não deixar nenhum aluno ser excluído ou lhe negado o direito de entrar no nosso sistema educacional geral sob a alegação de deficiência, credo, raça ou quaisquer outras características individuais.

A construção de um sistema educacional inclusivo de ensino precisa garantir a inclusão no seu sentido mais amplo e completo, ou seja, espaços físicos educacionais, salas de aula, bibliotecas, quadras e banheiros adaptados, capazes de receber todos os alunos bem como profissionais capacitados e preparados, trazendo mais qualidade e conforto no ensino aprendizagem do estudante com deficiência física ou necessidades especiais nas escolas inclusivas proporcionando um ensino de qualidade com gratuidade, trazendo assim igualdade de

condições com os demais estudantes. Precisa ser inegociável o compromisso com o direito de um ensino aprendizagem para todos, trazendo o pleno desenvolvimento do potencial de todos os discentes bem como de dignidade e autoestima, fortalecendo assim o respeito pelos direitos humanos. O objetivo da educação inclusiva, portanto, é afirmar o direito de todos à educação, não apenas em relação ao acesso à escola, mas também à sua permanência e ao seu sucesso escolar.

Após a análise de informações do Censo Escolar nas escolas municipais da cidade de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, percebemos um grande aumento nos alunos com deficiência sendo matriculados no ensino regular a partir dos anos correspondentes há 2015 e 2020, surgiu o desejo de investigar a permanência desses alunos na escola e os desafios encontrados pelos alunos, professores e demais funcionários neste processo de inclusão e permanência.

CAPITULO I

1.1 Fases do atendimento dos alunos com deficiência nas escolas brasileiras.

De acordo com a história do Brasil com relação à educação para pessoas com deficiência foi constituída de forma distante do ensino regular, ou de pessoas que eram consideradas normais, se constituindo assim um campo específico da nossa educação sem ponte entre a educação comum e a inclusiva, ou seja, desde o início da educação para pessoas com deficiência no Brasil tivemos um sistema educacional onde alunos deficientes, ditos anormais, eram atendidos em locais separados dos outros estudantes ditos normais, deixando claro que desde sempre houve pouca atenção a nossa educação inclusiva até mesmo por uma questão de cultura dos nossos colonizadores, já que segundo pesquisas no século XIX, em Portugal grande parte da sua população não era alfabetizada.

A prática de identificação dos estudantes “anormais” era feita pelo professor. Rocha (1979) identifica duas obras fundamentais para a educação dos anormais: *Educação da Inteligência Anormal no Brasil*, de Clemente Quaglio; *Tratamento e educação das Crianças Anormais de Inteligência* de Basilio de Magalhães, ambas as obras dos anos de 1910.

1.2 Os desafios da inclusão escolar

Constitucionalmente implicado, o governo federal do nosso país vem, desde os anos de 1990, tentando implantarmos e desenvolver ações nas áreas de serviços públicos adequando-se ao mercado mundial globalizado para se expandir dentro do modelo econômico capitalista vigente. Em 1990, na Conferência Mundial sobre Educação, o Brasil tornou-se signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, assumindo o compromisso de elaborar um Plano Decenal de Educação para Todos, compromisso que contempla também as pessoas com necessidades especiais. Entre os anos de 1990-1992, Fernando Collor de Melo iniciou o discurso da constituição de uma Economia mais moderna com intervenções diretas do estado; na sequência, a partir de 1994, seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, iniciou várias reformas nos mais diversos setores, principalmente, na Saúde e Educação.

Um dos principais desafios encontrados, portanto, é mudar o nosso olhar já que durante muitos anos, a pessoa com deficiência foi vista com base no olhar médico, ou seja, a deficiência era vista como uma condição anômala, analisada conforme uma origem orgânica, que necessitava de cura, o que implicava em muitos gastos com reabilitações, muitas vezes, ineficiente. Entretanto, em uma perspectiva mais social, a deficiência pode ser considerada

como parte da condição humana, logo a pessoa com deficiência é categorizada, ao status de cidadã e toda a sociedade é corresponsável por seu modo de viver, inclusive, na busca de acabar com as imensas barreiras que inviabilizam sua participação na sociedade. Essa nova concepção implica mudanças no modo de ver a pessoa com deficiência, especialmente nas escolas, os profissionais precisam olhar além da deficiência e pensar como uma prática pedagógica insensível às condições desses estudantes pode dificultar a participação e o aprendizado deles como dos demais.

No sentido de romper barreiras atitudinais que dificultam a inclusão de estudantes com deficiência temos a busca por estabelecer um trabalho articulado e transversal, não mais separadamente, ou seja, não é mais possível ter um planejamento pedagógico das turmas sem considerar o público-alvo da educação especial, torna-se até mesmo contraditório estarmos no século XXI, dentro de um sistema educacional que tem um discurso que se refere a uma Educação para Todos, e não planejar aulas para alunos com deficiência. O Projeto Político Pedagógico das escolas precisa garantir tempos e espaços que permitam a reflexão e a auto avaliação institucional e cotidiana bem como considerar todas as barreiras que ainda impedem os alunos de terem acesso a uma educação inclusiva de qualidade.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei 13.146/ 2015) foi sancionada com o intuito de agregar, em um único dispositivo legal, todos os direitos da pessoa com deficiência e que estão, por vezes, dispersos em diferentes leis, convenções e decretos. Ao apresentar a LBI, traz implicações não só para os currículos dos cursos de licenciatura, como também para a pesquisa e a formação continuada de professores. Algumas dessas demandas, no entanto, configuram-se como antigas questões sobre inclusão ainda não solucionadas no âmbito das práticas pedagógicas. Os debates sobre inclusão são imprescindíveis e urgentes. Medrado (2016) fala que não há como tratar de produção e avaliação de material didático sem abordar as estratégias pedagógicas ou os saberes necessários para que esse material seja acessível também ao aluno com deficiência. A LBI propõe uma compreensão de inclusão que implica a mudança de visão de todo um modelo educacional já existente oferecendo caminhos e possibilidades de ação.

Os argumentos encontrados em um relatório da UNESCO em 1988 são os mesmos encontrados na Declaração de Salamanca de 1994, na “Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e qualidade”, na Espanha. A declaração de Salamanca destaca que o alto custo em manter instituições especializadas para crianças ditas anormais não era mais viável e seria necessário que as escolas comuns conseguissem acolher todas as crianças em um só ambiente, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas e quaisquer outras. Em 1996 temos a promulgação da LDB propondo a adequação das escolas brasileiras para o atendimento adequado a todas as crianças, desde então, toda diferença étnica, social, cultural, passou a ser foco de discursos da inclusão escolar. O discurso de educação inclusiva toma proporções no Brasil, e os profissionais que atuam na educação especial e se apropriam do termo “inclusão” ao invés de “integração”, mudança que já segue modelos de vários outros países como: Estados Unidos, Canadá.

Houve uma divisão no que se refere às responsabilidades no atendimento de alunos com necessidades especiais, os grupos privados, como as Sociedades Pestalozzi e as APAES, ficaram responsáveis pelos alunos com maiores necessidades especiais e as classes especiais públicas com os alunos com menos necessidades especiais. No decorrer dos anos 2000 nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), foi implantada uma política de “Educação Inclusiva”, passando a educação pública a oferecer aos alunos com necessidades especiais, matrículas em salas comuns do ensino público, independentemente de terem ou não um atendimento educacional especializado, dando destaque a salas de recursos multifuncionais.

O Decreto 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, modificando as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), garante recursos àqueles alunos que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas recebendo atendimento educacional especializado. Em 2009 a resolução nº 4 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento:

Art. 1º Para a implantação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem **matricular** os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas **classes comuns** do ensino regular e **no Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, **ofertando** em **salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado** da **rede público ou de instituições** comunitárias, confessionais ou filantrópicas **sem fins lucrativos**. (BRASIL, 2009, grifos nossos).

A educação de um modo geral precisa romper com a ideia de padrões já estabelecidos, para poder começar a pensar em possibilidades levando em consideração a individualidade e a singularidade de cada pessoa em cada contexto, com planejamentos e avaliações adaptadas para todos os alunos. Esse olhar mais amplo certamente trará benefícios para todos os alunos, especialmente para os que têm sido sistematicamente excluídos do nosso processo de ensino aprendizagem, tendo ou não deficiência.

1.3 O Centro de Atendimento Educacional Especializado em Serra Talhada

A partir de 2016 houve a junção do setor da criança com deficiência e o núcleo Psicossocial no município de Serra Talhada, e surgiu o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), que está localizado na secretaria de educação SEST. O setor CAEE tem hoje 04 psicopedagogos, 02 psicólogos, 03 assistentes sociais, 01 intérprete de língua de sinais e 01 um professor de braile. O serviço desenvolvido pelo CAEE é um apoio complementar ao ensino regular que não substitui o currículo regular, tampouco é um reforço, antes este setor busca ferramentas, meios e modos de garantir o acesso ao currículo para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

É importante destacar que o Centro de Atendimento Educacional Especializado deve ser pensando sempre como um articulador que busca orientar os professores, através dos seus gestores e coordenadores pedagógicos das classes comuns; o setor busca analisar e considerar todas as dificuldades e barreiras bem como buscar soluções e materiais que os alunos com necessidades especiais necessitam, não considerando a deficiência por si só, ou seja, um aluno cego pode precisar de determinados apoios que outros alunos com baixa visão não precisem, e isso deve ser avaliado de forma individual e nunca com base apenas no laudo médico.

O setor do CAEE reconhece que não existe uma fórmula pronta, certa ou mágica, mas sabe que existem muitos desafios ainda a serem enfrentados, bem como várias estratégias e ações que ainda podem ser realizadas para a modificação de qualquer situação em desacordo no que se refere à inclusão escolar, ou seja, uma “Educação Para Todos”.

Só o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) não é suficiente, sendo necessário também buscar dar suporte aos professores, coordenadores, gestores, alunos e família, para um melhor atendimento sabendo que é necessário adequar-se a esses estudantes bem como a toda a comunidade escolar; todos precisam saber o que fazer independentemente de ser o porteiro, a merendeira, o auxiliar de limpeza, o auxiliar de sala, o gestor, o coordenador ou professores, todos precisam ter o mínimo de conhecimento sobre necessidades especiais e o que é necessário para que uma Educação para todos aconteça, conseguindo que esses alunos permaneçam nas escolas tendo equidade de oportunidade sem que as diferenças se tornem desigualdades.

A Educação Especial surge como uma modalidade para abarcar um público até então excluído do sistema de ensino regular buscando transformar a educação inclusiva em uma concepção de educação que acolhe a todos e reconhece a diversidade como um valor que enriquece o processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II

1.1 Aspectos Metodológicos Da Pesquisa

Escolhemos duas escolas que apresentam um número grande de matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino regular de 1º a 9º do Ensino Fundamental, que, por questões de ética, serão denominadas como escolas “A” e “B”. A escola “A” possui 785 alunos matriculados dentre os quais, 88 alunos com necessidades especiais. O prédio onde funciona a escola, conta com banheiros adaptados, vias de circulação com recursos de acessibilidade, biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, pátio coberto e descoberto, auditório, sala de professores, refeitório adequado. Já a escola B, possui 863 alunos, dos quais 35 alunos com necessidades especiais, 32 professores, 02 coordenadores, banheiros adaptáveis, vias de circulação com recursos de acessibilidade, biblioteca.

Os participantes desta pesquisa são professores, monitores/estagiários universitários, coordenadoras, gestoras e diretoras adjuntas, e a responsável pelo setor do CAEE, todos eles responderam a uma entrevista. Todos os participantes são vinculados às escolas, sejam por contrato, seleção ou concurso público. Os entrevistados responderam questões sobre a sua formação inicial e continuada, os principais desafios encontrados na educação inclusiva, relacionamento de professores e monitores em sala de aula, e o setor do CAEE.

1.2 Material

O material utilizado para o levantamento dos dados desta pesquisa foi um questionário criado na plataforma do *google forms* contendo perguntas de identificação dos participantes, de sua formação inicial e continuada e questões sobre a atuação dos participantes junto a estudantes com necessidades especiais.

Na entrevista, buscamos focar nas concepções sobre a Educação Inclusiva (conceito, ideias e opiniões que esses profissionais tinham acerca da Educação Inclusiva), perguntas do tipo: como tem ocorrido o processo de inclusão (quais as principais dificuldades encontradas pelos participantes na realização do processo de inclusão e ensino aprendizagem) se a instituição tem condições necessárias para uma efetivação da Educação Inclusiva (se a escola tem salas adaptadas, banheiro, a estrutura física). Além disso, solicitamos sugestões dos docentes e administradores quanto às possíveis carências que eles encontrem para a viabilização da inclusão escolar, conforme podemos conferir no roteiro de perguntas (anexo).

QUADRO 1. Caracterização dos gestores, coordenadores, professores e estagiários entrevistados.

Identificação	Formação Inicia	Qual o ano da sua última formação? Qual o curso?	Durante seu curso de graduação você teve algum contato com o tema de educação inclusiva?	Você participa (ou) de formações continuadas (cursos de aperfeiçoamento, capacitação, etc.) relacionadas à educação inclusiva?
G1	Licenciatura em pedagogia		Sim	Sim
G2	Licenciatura em pedagogia		Sim	Sim
P1	Licenciatura em matemática		Sim	Sim
P2	Licenciatura em História		Sim Sinto que a universidade ainda trata de maneira muito superficial, visto que não há de fato uma disciplina específica para o tema.	Sim Foi à descoberta de um mundo novo, entendi como meu trabalho pode ser gratificante. Adicionar feedback individual
P3	Licenciatura em Matemática		Não	Sim De alto conhecimento
P4	Pós em psicopedagogia		Não	Sim
P5	Licenciatura em matemática		Não	Sim Importante
P6	Licenciatura em Letras		Não	Não

P7	Pedagogia		Sim Uma experiência positiva diante da educação inclusiva porque hoje temos muitas situações assim.	Não
P8	Licenciatura em Pedagogia		Sim Muito relevante	Sim. Muito relevante
P9	Licenciatura em Geografia		Sim	Não
P10	Magistério		Sim	Uma experiência de enorme valor e relevância, pois tal campo de trabalho é extremamente importante.
P11	Licenciatura em Matemática		Sim	Maravilhosa
CP1	Pedagogia		Sim	Apenas teoria. A educação inclusiva precisa de mais espaço nas formações acadêmicas
CAEE	Psicóloga		Sim	Sim, Psicologia da Perinatal/TEA/Autismo/Acolhimento do Autista/ Educação inclusiva.
E1	Graduação em andamento		Não	Não
E2	Graduação em andamento		Sim	Muito relevante
E3	Graduação em andamento		Sim	A experiência com o tema Educação Inclusiva durante o curso, por mais que tenha sido pouco aprofundada foi de grande importância, uma vez que, como futura docente provavelmente terá

				alunos com alguma deficiência e será necessária trabalhar com a educação Inclusiva para que esses alunos possam desenvolver tanto quanto aqueles que não têm nenhuma deficiência.
E4	Graduação em andamento		Sim	Proposta pedagógica mais que necessária para minha vida
E5	Graduação em andamento		Sim	Tive Contato com Libras, foi bem rápido tive muita dificuldade, também foi abordada na disciplina de psicologia do desenvolvimento da aprendizagem, falando sobre as diferenças entre cada etapa de aprendizagem, onde cada aluno tem seu tempo e limites.
E6	Graduação em andamento		Não	Não
E7	Graduação em andamento		Sim	Além de debates como podemos desenvolver um ambiente mais inclusivo dentro da sala de aula, para que possamos atender todos os alunos para ajudar a buscar uma construção de todos dentro da sala de aula independente da questão social e pessoal, buscando o ensino e aprendizagem de todos de forma igualitária.
E8	Graduação em andamento		Sim	Eventualmente existem diálogos sobre a Educação Inclusiva, a importância de incluir as pessoas que possuem algum déficit, mas não foi nada em específico, não ensinaram métodos específicos pra lidar nessas situações.
E9	Graduação em andamento		Não respondeu	Não respondeu
E10	Graduação em andamento		Sim	Desafiadora, pois lidar com todas as particularidades em diversos aspectos e ainda fazer o ensino funcionar é difícil.
E11	Graduação em andamento		Não	Não

Fonte: Elaboração própria

P- Professor

CP- Coordenador pedagógico

CAEE- coordenador do Centro de Atendimento Educacional Especializado

E- Estagiário universitário

G- Gestor

Na primeira coluna, atribuímos um número de P1 a P11 referente a professores e C1 e C2 para coordenadores, E1 e E11 estagiários, G1 e G2 para gestoras a cada um dos participantes de acordo com a ordem em que recebemos as respostas. Seguimos padrões éticos de pesquisa que nos orientam a preservar as identidades dos participantes. Como podemos perceber não coloquei a resposta de todos os participantes. O silêncio ou mesmo a negativa de alguns profissionais com relação à pergunta sobre o contato com o tema Educação Inclusiva na graduação e formação continuada mostra um dos principais desafios encontrados na implantação de uma educação inclusiva de fato.

Na segunda coluna, apresentamos a formação destes profissionais. Observamos que todos os professores, gestores e coordenadores têm graduações específicas, e 01 tem especialização, os estagiários estão com a graduação em andamento.

Como já citei a terceira coluna nem todos os profissionais tiveram contato com o tema de Educação Inclusiva, e há relato de que quando se teve o contato foi muito superficial, podemos perceber que os estagiários estão tendo contato com o tema, apenas um estagiário não respondeu e um relatou não ter tido contato com o tema.

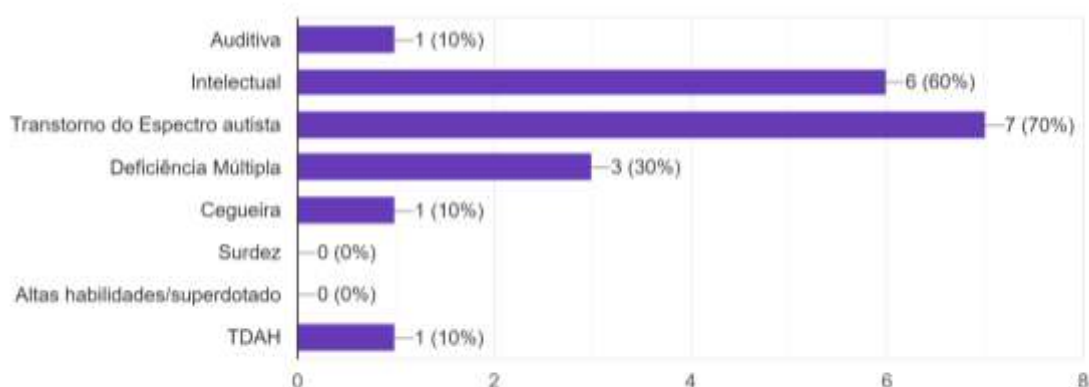
Na quarta coluna referente a formações continuadas de caráter de cursos de aperfeiçoamento, capacitação, Etc. relacionadas à Educação Inclusiva, 03 professores não tiveram formações continuadas relacionadas à Educação Inclusiva, todos os demais tiveram algum contato, e dentre os demais participantes coordenadores, gestores e estagiários apenas 04 não tiveram formações continuadas sobre Educação inclusiva.

1.3 Os desafios da educação na perspectiva inclusiva na cidade de serra talhada

Toda a pesquisa sobre os principais desafios da educação inclusiva no município de Serra Talhada foi pensada e desenvolvida em cima da nossa Constituição Federal, Capítulo IV, e da LBI, Lei 13.146/2015, as quais garantem que as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas nas salas regulares de todos os níveis do ensino regular. A pesquisa não busca apontar ou julgar quaisquer pessoas, a busca nesta pesquisa é de ajudar gestores, futuros professores, professores e principalmente os alunos com necessidades especiais.

Os profissionais envolvidos nesta pesquisa lecionam em turmas com alunos com necessidades educacionais especiais de diferentes naturezas, conforme vemos no quadro:

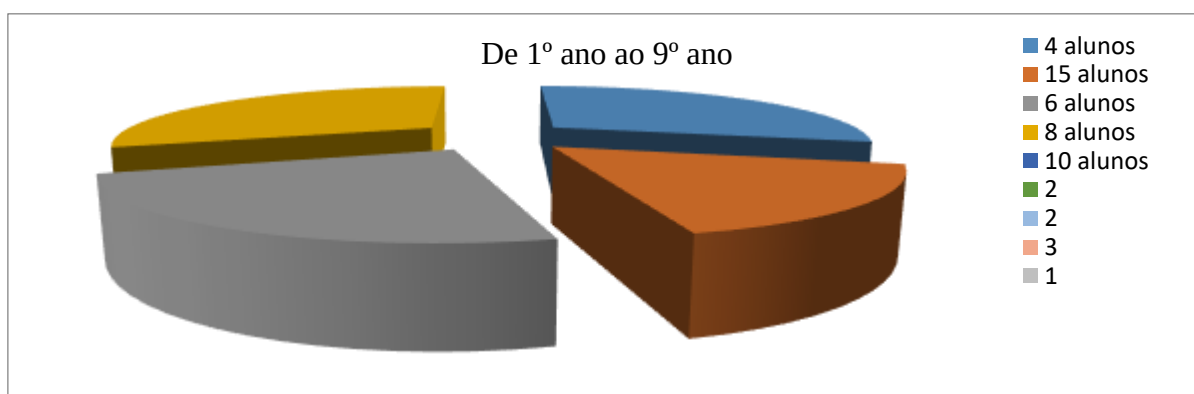
GRÁFICO 1: Tipos de deficiências/transtornos dos estudantes atendidos pelos professores entrevistados



Através do gráfico acima é possível reconhecer os tipos de deficiências que os professores lidam em sua prática pedagógica diária. Vemos que as maiores ocorrências são de estudantes com Transtorno do espectro autista (70%), seguido por estudantes com deficiência intelectual (60%), depois temos estudantes com deficiências múltiplas (30%), seguido de estudantes com deficiência auditiva, com cegueira e com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade representam cada um dos três grupos, um décimo das ocorrências.

Agora, pensando quantitativamente nesse universo, temos a seguinte pergunta do questionário: “Se sua resposta foi “sim” a última pergunta, fale com quantos alunos você trabalha?” obtivemos 10 respostas, sintetizadas abaixo:

GRÁFICO 2: Quantitativo de alunos com necessidades especiais atendidos



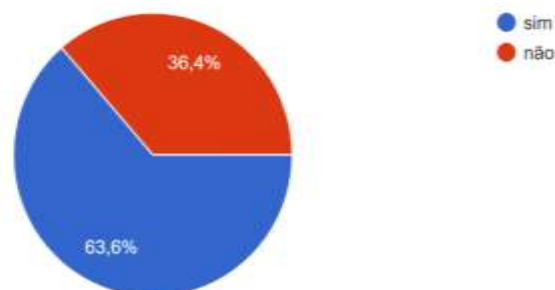
Com relação a recursos como, auxílio leitor, transcritor, intérprete de Libras, materiais didáticos em braile, monitores de sala, temos ainda um grande déficit, considerando que o município de Serra Talhada, segundo o censo de 2022, tem 325 alunos matriculados e assistidos pelo setor do CAEE, estando esses matriculados do maternal I ao 9º ano do ensino fundamental II. Como segue informado:

GRÁFICO 3: Recursos de acessibilidade disponíveis nas escolas

Medrado (2016) fala que não há como tratar de **produção e avaliação de material didático**, sem abordar as estratégias pedagógicas ou os saberes necessários para que esse material seja acessível também ao aluno com deficiência. Dos 10 professores que responderam à pergunta 06 sobre atividades educativas diferenciadas para alunos com necessidades especiais tivemos 63,6%, respondendo que sim fazem atividades baseadas nas especificidades e CID dos seus alunos, mas 36,4% ainda não trabalham com atividades diferenciadas, mostrando o quanto é necessária uma reformulação na grade curricular das graduações, nas formações continuadas e nos planejamentos de aulas bem como no modelo educacional existente.

GRÁFICO 4:

Você desenvolve atividades educativas diferenciadas, específicas para atender alunos com necessidades especiais?
11 respostas



Com relação às atividades desenvolvidas obtivemos as seguintes respostas:

P1: Depende do nível de cada aluno, geralmente são atividades que trabalham a coordenação motora e outras atividades voltadas para a alfabetização deste aluno sempre dentro do planejamento da aula e do tema.

P2: Jogos, cruzadinhas, pinturas, etc.

P3: Atividade impressa com imagens e linguagem diferenciada para q eles entendam melhor o assunto

P4: Mais atenção, e atividades maiores ou mais simples.

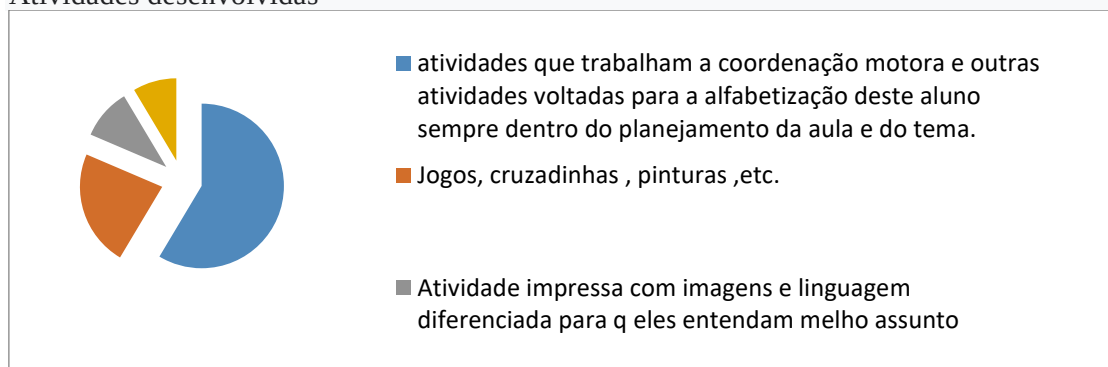
P5: Atividades que trabalham a memória

P6: Algumas adaptadas

P7: Atividades que envolvem a percepção, alfabetização (pois o mesmo não sabe ler), atividades que prendam sua atenção e sejam interativas.

GRÁFICO 5

Atividades desenvolvidas

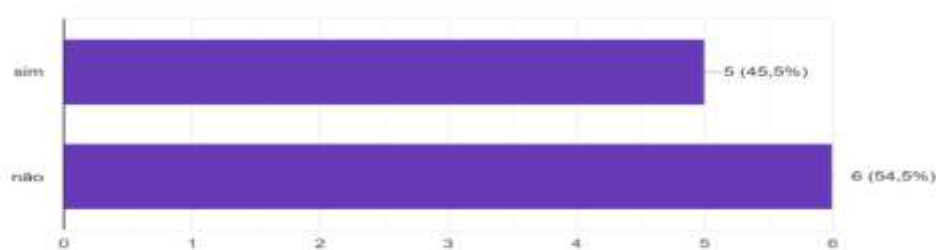


As respostas dadas pelos professores alicerçam ainda mais a necessidade urgente de mudanças nos planejamentos das aulas e atividades. Os sete (07) professores que responderam a pergunta sobre atividades diferenciadas para alunos com necessidades especiais trazem a falta de técnica, de planejamento e de conhecimento bem como a falta de materiais para o desenvolvimento de aulas acessíveis a todos os alunos com necessidades especiais.

GRÁFICO 6.

A instituição em que você trabalha possui instalações adequadas para atendimento de alunos com necessidades especiais, por exemplo: salas adaptadas, banheiros, pisos táteis, portas largas, etc.?

11 respostas



Na pergunta que se refere ao que está faltando em relação à estrutura física tivemos seis respostas que relatam a falta de salas adaptadas, espaço, um (01) professor que disse faltar tudo, falta de acesso a lugares melhores aos alunos, falta de estrutura e de tecnologia

assistida. A falta de estrutura física e instalações adequadas para atendimento de alunos com necessidades especiais ainda é muito grande, levando em conta que as duas (02) escolas pesquisadas no município de Serra Talhada, são localizadas na zona urbana como podemos ver no gráfico acima 45,5% dos professores disse que sim a escola tem instalações adequadas para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, contra 54,5% dos professores que disseram não.

GRÁFICO 7



Com relação à vinda de monitores para o auxílio dos professores e seu relacionamento dentro da sala de aula e aulas atividades e planejamentos, temos as seguintes respostas no quadro acima, a maioria das respostas dos professores diz que sim há uma boa relação entre ambos, compactuando com as respostas dadas pelos dez (10) monitores entrevistados, os mesmo que relatam um bom relacionamento com os professores.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos o Brasil tem criado várias leis e decretos que garantem uma inclusão social de fato, mostrando a urgência de atualizações e mudanças curriculares nas formações iniciais e continuadas dos docentes no que se refere à perspectiva inclusiva de educação na busca de escolas que sejam menos excludentes.

Qual estratégia pedagógica uma professora de sala comum deve utilizar agora em uma sala inclusiva? Ela coloca o conteúdo a ser trabalhado apenas de forma escrita no quadro? Que outros tipos de linguagens e formatos são necessários para contemplar todos na turma? O movimento, portanto, é de transformação do ideal do trabalho com os grupos existentes dentro das escolas em que as diferenças são encaminhadas para um especialista na esperança que ele retorne para classe comum, apenas quando for igual aos demais. Perguntas como essas precisam incomodar todos os profissionais da educação, pensamentos reflexivos, transformadores,

precisam estar diariamente em nossas mentes, já que somos seres pensantes. Ter esses e outros questionamentos implica em mudanças no nosso sistema educacional. O foco não pode mais estar em “tratar” um estudante com necessidades ou mesmo esperar que ele se cure da sua deficiência, o foco precisa estar em identificar os desafios e barreiras, buscando os eliminar através da informação, estudos de casos que deram certo, transformando o meio físico, o nosso transporte, a nossa comunicação, os nossos materiais pedagógicos, os nossos currículos das faculdades e principalmente nossas atitudes diante do que nos parecer está fora dos padrões que nos foram impostos, que acabam impedindo e dificultando o nosso desenvolvimento e nossas potencialidades de mudanças.

É notório que já tivemos avanços expressivos no que se refere ao acesso dos alunos com deficiência as classes comuns, mas ainda é visível todos os obstáculos e desafios encontrados como a grande divisão do ensino realizado pela modalidade da Educação Especial e o trabalho nas salas comuns. É necessário entender que a inclusão só vai acontecer de fato com a convivência e a análise dos casos em salas de aula, dessa forma é fundamental que as crianças, adolescentes e adultos com deficiência estejam inseridas na escola comum, podendo ser vistos como seres reais e verdadeiros.

A desconstrução da deficiência como um aspecto que limita ou impede o sucesso acadêmico ou profissional do indivíduo deve servir de alicerce na formação de professores para analisar e revisar as práticas pedagógicas de qualquer natureza. A Constituição Federal e a LBI provocam não apenas uma reformulação do conceito educação Inclusiva, mas a ressignificação de papéis e, por conseguinte, de atitudes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Conjunto de acesso 05. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. conjunto de acesso em 06.2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p.61-79, disponível <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt> conjunto de acesso em 07. 2022. set. 2022.

MATEUS e TONELLI, 2017. Diálogos entre formação de professores e aprendizagens de línguas. Disponível [file:///C:/Users/user20/Downloads/OpenAccess-MATEUS 9788580392708%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user20/Downloads/OpenAccess-MATEUS%209788580392708%20(1).pdf) Acesso 09.2022.

MEDRADO, Betânia Passos. Formando para Incluir: contribuições da Linguística Aplicada. In.: JORDÃO, Clarissa Menezes. *A Linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens*. Campinas: Pontes Editora, 2016, p. 263-284. Acesso 09.2022.

ANEXO:**Entrevista com os participantes da Pesquisa de Campo**

- 1- Qual o E- mail do (a) entrevistado (a)
- 2- Qual sua formação acadêmica? Qual o ano da sua última formação? Qual o curso?
- 3 - Qual a sua atividade profissional atual?
- 4- Durante seu curso de graduação, você teve algum contato com o tema de Educação Inclusiva, em formações continuadas (cursos de aperfeiçoamento, capacitação, etc.)?
- 5- Você trabalha com alunos com necessidades especiais? Se sim quantos? Quais necessidades especiais?
- 6- Você desenvolve atividades educativas diferenciadas, específicas para atender alunos com necessidades especiais? Cite algumas atividades?
- 7- A sua escola dispõe de recurso para atendimento de alunos com necessidades especiais? Quais?
- 8- A instituição em que você trabalha possui instalações adequadas para atendimento de alunos com necessidades especiais, exemplo: salas adaptadas, banheiros, pisos táteis, portas largas, etc.?
- 9- Como tem sido a relação entre o professor regente e monitor em sala de aula? Existe um consenso diálogo nas metodologias?
- 10- Cite abaixo em sua opinião o que está faltando em reação à estrutura física da escola para um melhor atendimento para os alunos com necessidades especiais?
- 11- A falta de estrutura física da escola favorece ou dificulta o seu trabalho? Explique?
- 12- Como tem sido a relação entre o professor regente e monitor em sala de aula? Existe um consenso, um diálogo no que se refere às metodologias de ensino?
- 13- Com relação às avaliações de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, quais métodos, instrumentos, critérios avaliativos são utilizados?
- 14- Os métodos, instrumentos e critérios avaliativos que você tem utilizado para avaliar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais são diferentes daqueles que você usa com os demais alunos? Explique.